

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Ativo		
Circulante	47.373	28.846
Disponibilidades	54	149
Títulos e valores mobiliários	43.890	25.308
Carteira própria	43.890	25.308
Outros créditos	3.369	3.257
Rendas a receber	656	756
Negociação e intermediação de valores	1.040	471
Diversos	1.673	2.030
Outros valores e bens	60	132
Despesas antecipadas	60	132
Realizável a longo prazo	12.887	10.647
Outros créditos	12.518	10.553
Diversos	12.518	10.553
Outros valores e bens	369	94
Despesas antecipadas	369	94
Permanente	3.605	1.293
Investimentos	83	83
Outros investimentos	83	83
Imobilizado de uso	3.522	1.205
Outras imobilizações de uso	4.912	2.587
(-) Depreciações acumuladas	(1.390)	(1.382)
Diferido	-	5
Gastos de organização e expansão	-	1.448
(-) Amortização acumulada	-	(1.443)
Total do ativo	63.865	40.786

	2014	2013
Passivo		
Circulante	6.861	8.251
Outras obrigações	6.861	8.251
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2	1
Sociais e estatutárias	-	2.398
Fiscais e previdenciárias	1.199	1.124
Negociação e intermediação de valores	1.035	468
Diversas	4.625	4.260
Exigível a longo prazo	11.555	10.237
Outras obrigações	11.555	10.237
Fiscais e previdenciárias	11.555	10.237
Patrimônio líquido	45.449	22.298
Capital social	211.015	163.173
De domiciliados no exterior	211.015	163.173
Prejuízos acumulados	(165.566)	(140.875)
Total do passivo	63.865	40.786

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	163.173	(128.565)	34.608
Aumento de capital	-	(12.310)	(12.310)
Prejuízo do semestre	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2013	163.173	(140.875)	22.298
Saldos em 31 de dezembro de 2013	211.015	(153.816)	57.199
Prejuízo do semestre	-	(11.750)	(11.750)
Saldos em 30 de junho de 2014	211.015	(165.566)	45.449

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2014 e 2013 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Crédito Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM), empresa constituída em 10 de janeiro de 1997, está voltada basicamente para a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas, subsidiária do Crédit Agricole Private Banking 99.999998% (99.999997% em 2013) com sede na França e do Banco Crédito Agricole Brasil S.A. 0,000002% (0,000003% em 2013) com sede no Brasil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédito Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente. A DTVM tem feito algumas reestruturações de forma a se adequar ao modelo de negócios definido pelo Grupo, o que tem exigido investimentos. Os acionistas proporcionarão os recursos necessários para tais investimentos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.639/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), consultadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Remoção de ativos e práticas contábeis
A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da DTVM são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

2014	2013
54	149
54	149

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e computadas no resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, entre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados no resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Instituição tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Em 30 de junho de 2014 e 2013, a DTVM não possuía instrumentos financeiros derivativos.

e) Captações no mercado aberto
As captações no mercado aberto estão registradas pelos seus respectivos valores, acrescidas dos encargos contratados proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por *impairment* quando o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente.

Em 30 de junho de 2014 e 2013 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*.

g) Investimentos
Os investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisões para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado e diferido
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercício em essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) e o diferido (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. A amortização do ativo diferido é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a.

O saldo do ativo diferido foi constituído de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de softwares utilizados em processamento de dados e gastos com benfeitorias em imóveis alugados de terceiros, incorridos até 30 de setembro de 2008.

i) Demais ativos e passivos
Outros ativos e passivos são demonstrados, respectivamente, pelos valores de realização e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos incorridos até as datas dos balanços.

j) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre os rendimentos tributáveis, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%.

A DTVM não apresentou base tributável em 30 de junho de 2014 e 2013.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, em que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (impostos ou contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

l) O resultado por ação
O resultado por ação é apurado através da divisão do resultado do período pela quantidade de ações.

4. Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas
Em 30 de junho de 2014 e 2013, a DTVM não teve resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.

5. Títulos e valores mobiliários
Em 30 de junho de 2014 e 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação vigente, estava assim composta:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Composição por classificação

	2014		2013	
	Custo (i)	Contábil/mercado	Custo (i)	Contábil/mercado
Carteira própria				
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	43.895	43.890	25.304	25.308
Total	43.895	43.890	25.304	25.308

a.2) Composição por prazo de vencimento

	2014	2013
De 3 a 12 meses	-	1.015
De 1 a 3 anos	43.890	23.829
De 3 a 5 anos	-	464
Total	43.890	25.308

a.3) Composição por emissor

	2014	2013
Títulos de renda fixa		
Títulos Públicos		
Tesouro Nacional	43.890	25.308
No semestre findo em 30 de junho de 2014, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2.597 (R\$ 1.152 em 2013).		

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros de Capitais.

6. Gerenciamento de riscos

As perdas potenciais advindas de variações nos preços dos ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, valor em risco e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do valor em risco utiliza simulação histórica considerando 252 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de *holding period*. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas dos fatores de risco. Adicionalmente, são também efetuados testes de aderência (*back-testing*) do modelo de valor em risco comparando-se os resultados esperados com os resultados efetivamente auferidos.

Além das ferramentas tradicionais de risco de mercado, utiliza-se o instrumental de ALM (gerenciamento de

ativos e passivos). Essa ferramenta possibilita ter uma visão do impacto de variações de taxas de juros no balanço do Conglomerado Financeiro Crédito Agricole Brasil e avaliar as interdependências entre as variações de taxa de juros e o volume dos ativos e passivos da DTVM.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação aos limites aprovados pelo comitê de risco de mercado são revisados, no mínimo, anualmente. A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.creditagricolebr.com.br.

b) Fatores de risco de mercado
Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros pré-fixada, taxa de juros vinculada aos índices TR, SELIC, DI e exposição à variação cambial de moedas.

O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a Instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

c) Risco de liquidez
Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de pagamentos do Conglomerado Financeiro Crédito Agricole Brasil, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse voltado especificamente para liquidez.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível no site www.creditagricolebr.com.br.

d) Risco operacional
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Controles Permanentes e Risco Operacional do Conglomerado Crédito Agricole integra a Diretoria de Risco e Controles Permanentes, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas.

Através de reuniões regulares, a alta administração do Conglomerado Crédito Agricole no Brasil discute os diagnósticos apresentados pela área de Controles Permanentes e Risco Operacional, assim como as consequências a serem implementadas, se necessário.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.creditagricolebr.com.br.

7. Outros créditos

a) Rendas a receber
Em 30 de junho de 2014, a DTVM possui registrado como "rendas a receber" o montante de R\$ 656 (R\$ 756 em 2013) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a DTVM administrava R\$ 2.526.778 (R\$ 1.629.500 em 2013) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Informação não auditada	2014	2013
Fundos de investimento e fundos de investimento em cotas (i)	1.475.150	1.437.389
Fundos de investimento em ações	39.018	52.096
Carteiras administradas	892.772	562.138
Outros fundos de renda fixa	625.271	-
Subtotal de recursos de terceiros	3.032.211	2.051.623
Aplicações em fundos de investimentos da própria DTVM	(505.433)	(422.123)
Total líquido de recursos de terceiros	2.526.778	1.629.500

(i) Corresponde à soma dos ativos administrados dos fundos de investimento e fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento.

As receitas auferidas no exercício com a administração desses recursos totalizaram R\$ 4.327 (R\$ 5.204 em 2013) - Nota 14.

b) Negociação e intermediação de valores
Delimitado pela Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de junho de 2006, como o risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira.

A área de Controles Permanentes e Risco Operacional do Conglomerado Crédito Agricole integra a Diretoria de Risco e Controles Permanentes, sendo responsável pelas atividades de mapeamento dos processos operacionais, identificação, avaliação e mitigação dos riscos identificados, além de exercer controles permanentes sobre as demais áreas.

Através de reuniões regulares, a alta administração do Conglomerado Crédito Agricole no Brasil discute os diagnósticos apresentados pela área de Controles Permanentes e Risco Operacional, assim como as consequências a serem implementadas, se necessário.

A política com a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se disponível no site www.creditagricolebr.com.br.

8. Captações no mercado aberto
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 1.040 (R\$ 471 em 2013).

c) Diversos

	2014	2013
Circulante	1.673	2.030
Adiantamento e antecipações salariais	416	585
Impostos e contribuições a compensar	-	282
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 11.a)	1.198	980
Pagamentos a ressarir	3	89
Imposto retido	11	18
Outros	45	76
Realizável a longo prazo	12.518	10.553
Impostos e contribuições a compensar	299	-
Devedores por depósito em garantia (i)	12.219	10.553
Total	14.191	12.583

(i) Os devedores por depósitos em garantia correspondem, substancialmente, a depósitos judiciais de COFINS no valor de R\$ 11.681 (R\$ 10.052 em 2013) e outros no valor de R\$ 538 (R\$ 501 em 2013) referentes à defesa de processos judiciais envolvendo a DTVM.

9. Outras obrigações

a) Sociais e estatutárias
A DTVM possui um programa de participações no resultado, constituído e formalizado de acordo com a Lei nº 10.101/2000. Em 30 de junho de 2014 não há provisão para participações no resultado de R\$ 2.398 em 2013).

b) Negociação e intermediação de valores
Representado pelos saldos das operações por conta de clientes na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 1.035 (R\$ 468 em 2013).

c) Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Circulante	1.199	1.124
Impostos e contribuições a recolher	1.199	1.124
Exigível a longo prazo	11.555	10.237
Provisão para riscos fiscais (Nota 12.b)	11.555	10.237
Total	12.754	11.361

Circulante

Provisão para encargos trabalhistas

Fornecedores

Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 11.a)

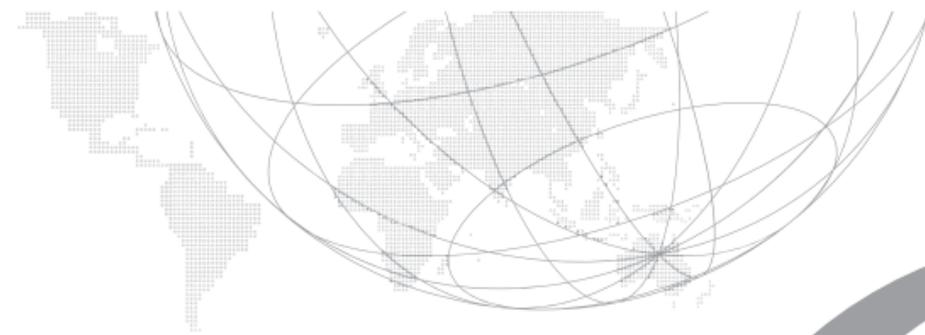
Outras despesas administrativas

Outros pagamentos

10. Capital social e dividendos
Em 30 de junho de 2014, o capital social de R\$ 211.015 (R\$ 163.173 em 2013) está representado por 211.015.046 ações ordinárias (163.172.906 em 2013), sem valor nominal.

Em 01 de dezembro de 2013, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da instituição de R\$ 163.173 para R\$ 211.015, mediante emissão de 47.842.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas subscritas nesta data por meio de integralização em moeda corrente nacional, pelo acionista Crédito Agricole Private Banking. O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 26 de dezembro de 2013.

Conforme Estatuto Social da DTVM, os acionistas têm direito a receber em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a



★ continuação

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.
Administradores e acionistas da
Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Crédit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2014



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6